



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

## DESPACHO

Nesta data será realizada a audiência pública convocada pelo Requerimento nº 1088/2021 com o objetivo de debater os projetos de lei complementar nº 34/2021 e nº 35/2021.

O Comunicado nº 5/2021, convidando a população para a audiência pública, acompanhado da íntegra das proposições em debate, foi publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo de Araraquara (e-DOLARQ) de 23 de novembro de 2021 e no jornal Folha da Cidade de 25 de novembro de 2021.

No dia 3 de dezembro de 2021, o sítio eletrônico da Câmara Municipal divulgou a primeira matéria convidando a sociedade para a audiência pública.

Esta matéria foi replicada nos seguintes portais de notícias araraquarenses:

- RCIA Araraquara, em 6 de dezembro de 2021;
- Araraquara News, em 7 de dezembro de 2021;
- Araraquara Agora, em 7 de dezembro de 2021; e
- A Cidade On Araraquara, em 10 de dezembro de 2021.

Também os jornais impressos O Imparcial e Folha da Cidade replicaram a matéria, ambos em 8 de dezembro de 2021.

Vale o registro de que em 9 de dezembro de 2021 o sítio eletrônico da Câmara Municipal publicou nova matéria jornalística sobre a realização da audiência pública.

Desta feita, seguem anexas cópias de todas as matérias retromencionadas, no intuito de registrar e documentar a ampla publicidade conferida à audiência pública perante a sociedade araraquarense.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 10 de dezembro de 2021.

Aluisio Boi  
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL  
DE ARARAQUARA

## Audiência Pública discute alterações no parcelamento do solo

*Evento agora convocado pela Câmara debaterá propostas de alteração no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo*

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## DEBATE DOS PROJETOS SOBRE AS ALTERAÇÕES NO PLANO REGULADOR DE PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA



No próximo dia 10 de dezembro, a Câmara Municipal de Araraquara realiza Audiência Pública, convocada para discutir dois projetos de leis complementares, números 34/2021 e 35/2021, visando adequações, respectivamente, no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo. A audiência terá transmissão pela TV Câmara – canal 17 da NET – YouTube e Facebook da Câmara, além do Facebook dos portais de notícias Araraquara News e RCI Araraquara.

Uma primeira audiência para apresentação da proposta aos vereadores e à sociedade já foi realizada no dia 18 de novembro, também na Câmara, convocada pela Prefeitura, seguindo o rito para discussão das propostas.

O [Requerimento](#) de convocação da Audiência Pública e os [estudos e diagnósticos](#) com as propostas de alterações estão disponíveis para consulta nos links postados aqui neste texto. Fora isso, a população pode enviar sugestões e contribuições para o [e-mail](#) da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

### Entrega por fases

Uma das propostas se refere à possibilidade de entrega das obras de infraestrutura de empreendimentos imobiliários de forma faseada, ou seja, separada por fases. Depois de o Governo Federal ampliar o prazo máximo para o empreendedor entregar os loteamentos de quatro para oito anos, proprietários de conjuntos de apartamentos e de loteamentos em construção temem ter que aguardar até oito anos para ter acesso à casa, ou seja, até quando o empreendimento estiver totalmente concluído.

Esta situação é vivida por compradores de moradias no Jardim dos Ibirás, na região norte. Diversas moradias já estão totalmente concluídas, enquanto outras ainda estão em fase de construção. Arcar com os custos de aluguel do local onde estão residindo e mais as prestações da casa nova tem levado estes compradores ao desespero. É o que foi demonstrado na audiência anterior, quando diversos futuros moradores do novo bairro participaram do debate e cobraram solução para a situação. Concluir rapidamente o trâmite destes projetos, com as necessárias aprovações na Câmara e sua sanção na Prefeitura, pode resolver a situação destes moradores. Representantes da construtora devem participar da próxima audiência.

## **Casa pronta em condomínio fechado**

Outra alteração proposta nos projetos pode resultar no incentivo à implantação de condomínios horizontais. Nos últimos anos tem ocorrido o crescimento dos empreendimentos verticais, de prédios de apartamentos. A tentativa é buscar equilíbrio na incorporação, na fração ideal, para estimular investimentos nestes conjuntos horizontais, que é a casa pronta em condomínio fechado. Isso seria possível com a redução da chamada “fração ideal mínima” de condomínios urbanísticos (área de utilização exclusiva somada à fração da área de uso comum do condomínio urbanístico). Atualmente, a fração ideal é de 300m<sup>2</sup>. A proposta é reduzir esta fração.

## **Loteamento de acesso controlado**

Mais uma alteração abordada nos projetos é a adequação da lei municipal à legislação nacional, ao estabelecer a tipologia de “loteamento de acesso controlado”, em substituição ao “loteamento fechado”.

## **Proteção ambiental**

Os projetos também abordam as adequações na definição dos CIECOs (Corredores de Integração Ecológica) — situados entre 30 metros e 100 metros de distância de rios e córregos, logo após as áreas de preservação permanente, compatibilizando a legislação municipal com resolução estadual.

## **Institucional e patrimonial**

Tem ainda a proposta em relação ao ajuste de percentual de áreas públicas que podem ser permutadas por obras de interesse público. O projeto propõe 7% de área patrimonial e 3% de área institucional, contra os atuais 7% institucional e 3% patrimonial para. A soma das áreas continuaria sendo de 10% da gleba parcelável. Segundo justificativa da Prefeitura, o município passaria a ter um *landbanking* mais inteligente, para que tenham diversos usos em cima dessas áreas, inclusive permuta por equipamento público no próprio loteamento.

Após esta audiência do dia 10 de dezembro, o projeto precisa passar por duas discussões e votações, em sessões distintas, precisando de duas aprovações para concluir seu trâmite no Legislativo, sendo, depois, sancionado pelo Executivo para entrar em vigor. Assista a audiência anterior [acessando este link](#).

## **Trâmite prejudicado**

Uma audiência pública sobre a LC nº 850/2014 [já havia ocorrido no dia 23 de março](#), mas, devido à ação impetrada por um município, encontra-se sub judice no Tribunal de Justiça e, por essa razão, o tema foi trazido novamente para discussão, para resolver as situações apresentadas e destravar investimentos que devem ocorrer, a partir da aprovação das propostas.

# AUDIÊNCIA PÚBLICA

## DEBATE DOS PROJETOS SOBRE AS ALTERAÇÕES NO PLANO REGULADOR DE PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Requerimento 1.088/2021 - Vereador Paulo Landim

 **10 DE DEZEMBRO**  
(SEXTA-FEIRA)


 **18H**


 **PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**

\*Será permitido acesso ao Plenário dentro do limite de capacidade do local

Transmissão ao vivo



 Participe com perguntas durante a transmissão em nossas redes sociais

Câmara Municipal de Araraquara  
 [www.cmararaquara.sp.gov.br](http://www.cmararaquara.sp.gov.br)



Publicado em: 03/12/2021 17:12:12

# Audiência Pública discute alterações no parcelamento do solo

*Evento agora convocado pela Câmara debaterá propostas de alteração no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo*

06/12/2021



*Audiência Pública visa adequações no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo*

No próximo dia 10 de dezembro, a Câmara Municipal de Araraquara realiza Audiência Pública, convocada para discutir dois Projetos de Lei Complementares, números 34/2021 e 35/2021, visando adequações, respectivamente, no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo. A audiência terá transmissão pela TV Câmara – canal 17 da NET – YouTube e Facebook da Câmara, além do Facebook do Portal RCIA Araraquara.

Uma primeira audiência para apresentação da proposta aos vereadores e à sociedade já foi realizada no dia 18 de novembro, também na Câmara, convocada pela Prefeitura, seguindo o rito para discussão das propostas.

O **Requerimento** de convocação da Audiência Pública e os **estudos e diagnósticos** com as propostas de alterações estão disponíveis para consulta nos links postados aqui neste texto. Fora isso, a população pode enviar sugestões e contribuições para o **e-mail** da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

## **Entrega por fases**

Uma das propostas se refere à possibilidade de entrega das obras de infraestrutura de empreendimentos imobiliários de forma faseada, ou seja, separada por fases. Depois de o Governo Federal ampliar o prazo máximo para o empreendedor entregar os loteamentos de quatro para oito anos, proprietários de conjuntos de apartamentos e de loteamentos em construção temem ter que aguardar até oito anos para ter acesso à casa, ou seja, até quando o empreendimento estiver totalmente concluído.

Esta situação é vivida por compradores de moradias no Jardim dos Ibirás, na região norte. Diversas moradias já estão totalmente concluídas, enquanto outras ainda estão em fase de construção. Arcar com os custos de aluguel do local onde estão residindo e mais as prestações da casa nova tem levado estes compradores ao desespero. É o que foi demonstrado na audiência anterior, quando diversos futuros moradores do novo bairro participaram do debate e cobraram solução para a situação. Concluir rapidamente o trâmite destes projetos, com as necessárias aprovações na Câmara e sua sanção na Prefeitura, pode resolver a situação destes moradores. Representantes da construtora devem participar da próxima audiência.

## **Casa pronta em condomínio fechado**

Outra alteração proposta nos projetos pode resultar no incentivar à implantação de condomínios horizontais. Nos últimos anos tem ocorrido o crescimento dos empreendimentos verticais, de prédios de apartamentos. A tentativa é buscar equilíbrio na incorporação, na fração ideal, para estimular investimentos nestes conjuntos horizontais, que é a casa pronta em condomínio fechado. Isso seria possível com a redução da chamada "fração ideal mínima" de condomínios urbanísticos (área de utilização exclusiva somada à fração da área de uso comum do condomínio urbanístico). Atualmente, a fração ideal é de 300m<sup>2</sup>. A proposta é reduzir esta fração.

## **Loteamento de acesso controlado**

Mais uma alteração abordada nos projetos é a adequação da lei municipal à legislação nacional, ao estabelecer a tipologia de "loteamento de acesso controlado", em substituição ao "loteamento fechado".

## **Proteção ambiental**

Os projetos também abordam as adequações na definição dos CIECOs (Corredores de Integração Ecológica) — situados entre 30 metros e 100 metros de distância de rios e córregos, logo após as áreas de preservação permanente, compatibilizando a legislação municipal com resolução estadual.

## **Institucional e patrimonial**

Tem ainda a proposta em relação ao ajuste de percentual de áreas públicas que podem ser permutadas por obras de interesse público. O projeto propõe 7% de área patrimonial e 3% de área institucional, contra os atuais 7% institucional e 3% patrimonial para. A soma das áreas continuaria sendo de 10% da gleba parcelável. Segundo justificativa da Prefeitura, o município passaria a ter um *landbanking* mais inteligente, para que tenham diversos usos em cima dessas áreas, inclusive permuta por equipamento público no próprio loteamento.

Após esta audiência do dia 10 de dezembro, o projeto precisa passar por duas discussões e votações, em sessões distintas, precisando de duas aprovações para concluir seu trâmite no Legislativo, sendo, depois, sancionado pelo Executivo para entrar em vigor. Assista a audiência anterior [acessando este link](#).

### **Trâmite prejudicado**

Uma audiência pública sobre a LC nº 850/2014 **já havia ocorrido no dia 23 de março**, mas, devido à ação impetrada por um munícipe, encontra-se sub judice no Tribunal de Justiça e, por essa razão, o tema foi trazido novamente para discussão, para resolver as situações apresentadas e destravar investimentos que devem ocorrer, a partir da aprovação das propostas.

---

---



▶ NOTÍCIAS/POLÍTICA

## AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTE ALTERAÇÕES NO PARCELAMENTO DO SOLO

Evento agora convocado pela Câmara debaterá propostas de alteração no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo



Por REDAÇÃO 📅 07/12/2021 11:14



A-

A+

No próximo dia 10 de dezembro, a Câmara Municipal de Araraquara realiza Audiência Pública, convocada para discutir dois Projetos de Lei Complementares, números 34/2021 e 35/2021, visando adequações, respectivamente, no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo. A audiência terá transmissão pela TV Câmara – canal 17 da NET – YouTube e Facebook da Câmara, além do Facebook dos portais de notícias Araraquara News e RCI Araraquara.



Uma primeira audiência para apresentação da proposta aos vereadores e à sociedade já foi realizada no dia 18 de novembro, também na Câmara, convocada pela Prefeitura, seguindo o rito para discussão das propostas.

O Requerimento de convocação da Audiência Pública e os estudos e diagnósticos com as propostas de alterações estão disponíveis para consulta nos links postados aqui neste texto. Fora isso, a população pode enviar sugestões e contribuições para o e-mail da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

### Entrega por fases

Uma das propostas se refere à possibilidade de entrega das obras de infraestrutura de empreendimentos imobiliários de forma faseada, ou seja, separada por fases. Depois de o Governo Federal ampliar o prazo máximo para o empreendedor entregar os loteamentos de quatro para oito anos, proprietários de conjuntos de apartamentos e de loteamentos em construção temem ter que aguardar até oito anos para ter acesso à casa, ou seja, até quando o empreendimento estiver totalmente concluído.

Esta situação é vivida por compradores de moradias no Jardim dos Ibirás, na região norte. Diversas moradias já estão totalmente concluídas, enquanto outras ainda estão em fase de construção. Arcar com os custos de aluguel do local onde estão residindo e mais as prestações da casa nova tem levado estes compradores ao desespero. É o que foi demonstrado na audiência anterior, quando diversos futuros moradores do novo bairro participaram do debate e cobraram solução para a situação. Concluir rapidamente o trâmite destes projetos, com as necessárias aprovações na Câmara e sua sanção na Prefeitura, pode resolver a situação destes moradores. Representantes da construtora devem participar da próxima audiência.

### **Casa pronta em condomínio fechado**

Outra alteração proposta nos projetos pode resultar no incentivar à implantação de condomínios horizontais. Nos últimos anos tem ocorrido o crescimento dos empreendimentos verticais, de prédios de apartamentos. A tentativa é buscar equilíbrio na incorporação, na fração ideal, para estimular investimentos nestes conjuntos horizontais, que é a casa pronta em condomínio fechado. Isso seria possível com a redução da chamada “fração ideal mínima” de condomínios urbanísticos (área de utilização exclusiva somada à fração da área de uso comum do condomínio urbanístico). Atualmente, a fração ideal é de 300m<sup>2</sup>. A proposta é reduzir esta fração.

### **Loteamento de acesso controlado**

Mais uma alteração abordada nos projetos é a adequação da lei municipal à legislação nacional, ao estabelecer a tipologia de “loteamento de acesso controlado”, em substituição ao “loteamento fechado”.

### **Proteção ambiental**

Os projetos também abordam as adequações na definição dos CIECOs (Corredores de Integração Ecológica) — situados entre 30 metros e 100 metros de distância de

rios e córregos, logo após as áreas de preservação permanente, compatibilizando a legislação municipal com resolução estadual.

## Institucional e patrimonial

Tem ainda a proposta em relação ao ajuste de percentual de áreas públicas que podem ser permutadas por obras de interesse público. O projeto propõe 7% de área patrimonial e 3% de área institucional, contra os atuais 7% institucional e 3% patrimonial para. A soma das áreas continuaria sendo de 10% da gleba parcelável. Segundo justificativa da Prefeitura, o município passaria a ter um *landbanking* mais inteligente, para que tenham diversos usos em cima dessas áreas, inclusive permuta por equipamento público no próprio loteamento.

Após esta audiência do dia 10 de dezembro, o projeto precisa passar por duas discussões e votações, em sessões distintas, precisando de duas aprovações para concluir seu trâmite no Legislativo, sendo, depois, sancionado pelo Executivo para entrar em vigor.

## Trâmite prejudicado

Uma audiência pública sobre a LC nº 850/2014 já havia ocorrido no dia 23 de março, mas, devido à ação impetrada por um munícipe, encontra-se sub judice no Tribunal de Justiça e, por essa razão, o tema foi trazido novamente para discussão, para resolver as situações apresentadas e destravar investimentos que devem ocorrer, a partir da aprovação das propostas.



-25%

-56%

Quinta-Feira, 09 de Dezembro de 2021

Tempo limpo 24

Login\_Cadastre-se



- Home

ENTRE EM NOSSO  
GRUPO DE  
WHATS

BUSCAR



Home

Editorias

Notícias

Multimídia

Serviços

Vídeos



10:08:41

-30%	-10%	-50%	-26%	MAIS VISTOS	-60%
------	------	------	------	-------------	------



ARARAQUARA AINDA  
MAIS PERTO DE VOCÊ

WWW.RESIDENCIALHENRIQUELUPO.COM.BR

VEM SABER MAIS!

Início

Editoria

Política

# POLÍTICA



**SEU NEGÓCIO VENDE MAIS COM A GENTE**  
 ANUNCIE AQUI  
 AUDIÊNCIA QUALIFICADA E RESULTADO GARANTIDO  
 (16) 99727-5898

07/12/2021 às 10h39min - Atualizada em 07/12/2021 às 10h39min

## Audiência Pública discute alterações no parcelamento do solo

Serão debatidas propostas de alteração no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo

Comentar

•

Ouvir: a Pública discute alterações no parci 0:00

Nesta sexta-feira (10), a Câmara Municipal de Araraquara realiza Audiência Pública, convocada para discutir

-30%	-10%	-50%	-26%	MAIS VISTOS	-60%
------	------	------	------	-------------	------



Foto: Prefeitura

propostas.

### Entrega por fases

Uma das propostas se refere à possibilidade de entrega das obras de infraestrutura de empreendimentos imobiliários de forma faseada, ou seja, separada por fases.

Depois de o Governo Federal ampliar o prazo máximo para o empreendedor entregar os loteamentos de quatro para oito anos, proprietários de conjuntos de apartamentos e de loteamentos em construção temem ter que aguardar até oito anos para ter acesso à casa, ou seja, até quando o empreendimento estiver totalmente concluído.

Esta situação é vivida por compradores de moradias no Jardim dos Ibirás, na região norte. Diversas moradias já estão totalmente concluídas, enquanto outras ainda estão em fase de construção.

Arcar com os custos de aluguel do local onde estão residindo e mais as prestações da casa nova tem levado estes compradores ao desespero. É o que foi demonstrado na audiência anterior, quando diversos futuros moradores do novo bairro participaram do debate e cobraram solução para a situação.



-30%	-10%	-50%	-26%	MAIS VISTOS	-60%
------	------	------	------	-------------	------

Outra alteração proposta nos projetos pode resultar no incentivo à implantação de condomínios horizontais. Nos últimos anos têm ocorrido o crescimento dos empreendimentos verticais, de prédios de apartamentos. A tentativa é buscar equilíbrio na incorporação, na fração ideal, para estimular investimentos nestes conjuntos horizontais, que é a casa pronta em condomínio fechado.

Isso seria possível com a redução da chamada “fração ideal mínima” de condomínios urbanísticos (área de utilização exclusiva somada à fração da área de uso comum do condomínio urbanístico). Atualmente, a fração ideal é de 300m<sup>2</sup>. A proposta é reduzir esta fração.

### **Loteamento de acesso controlado**

Mais uma alteração abordada nos projetos é a adequação da lei municipal à legislação nacional, ao estabelecer a tipologia de “loteamento de acesso controlado”, em substituição ao “loteamento fechado”.

### **Proteção ambiental**

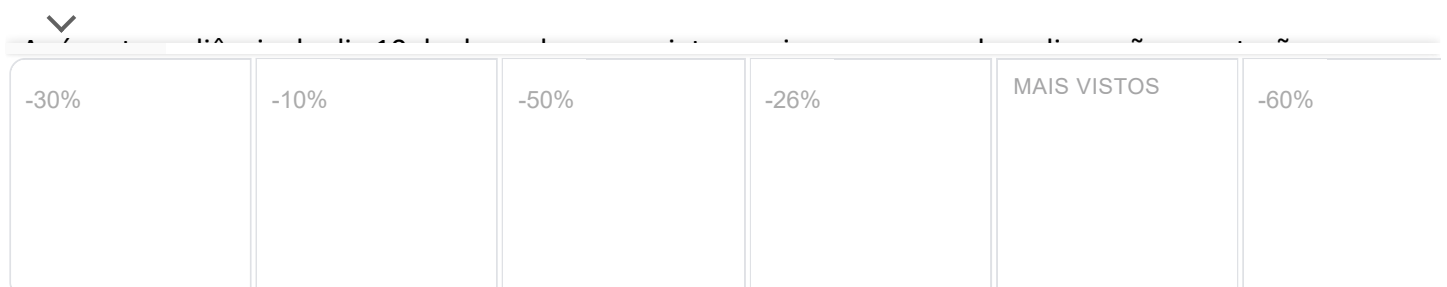
Os projetos também abordam as adequações na definição dos CIECOs (Corredores de Integração Ecológica) — situados entre 30 metros e 100 metros de distância de rios e córregos, logo após as áreas de preservação permanente, compatibilizando a legislação municipal com resolução estadual.

### **Institucional e patrimonial**

Tem ainda a proposta em relação ao ajuste de percentual de áreas públicas que podem ser permutadas por obras de interesse público.

O projeto propõe 7% de área patrimonial e 3% de área institucional, contra os atuais 7% institucional e 3% patrimonial para.

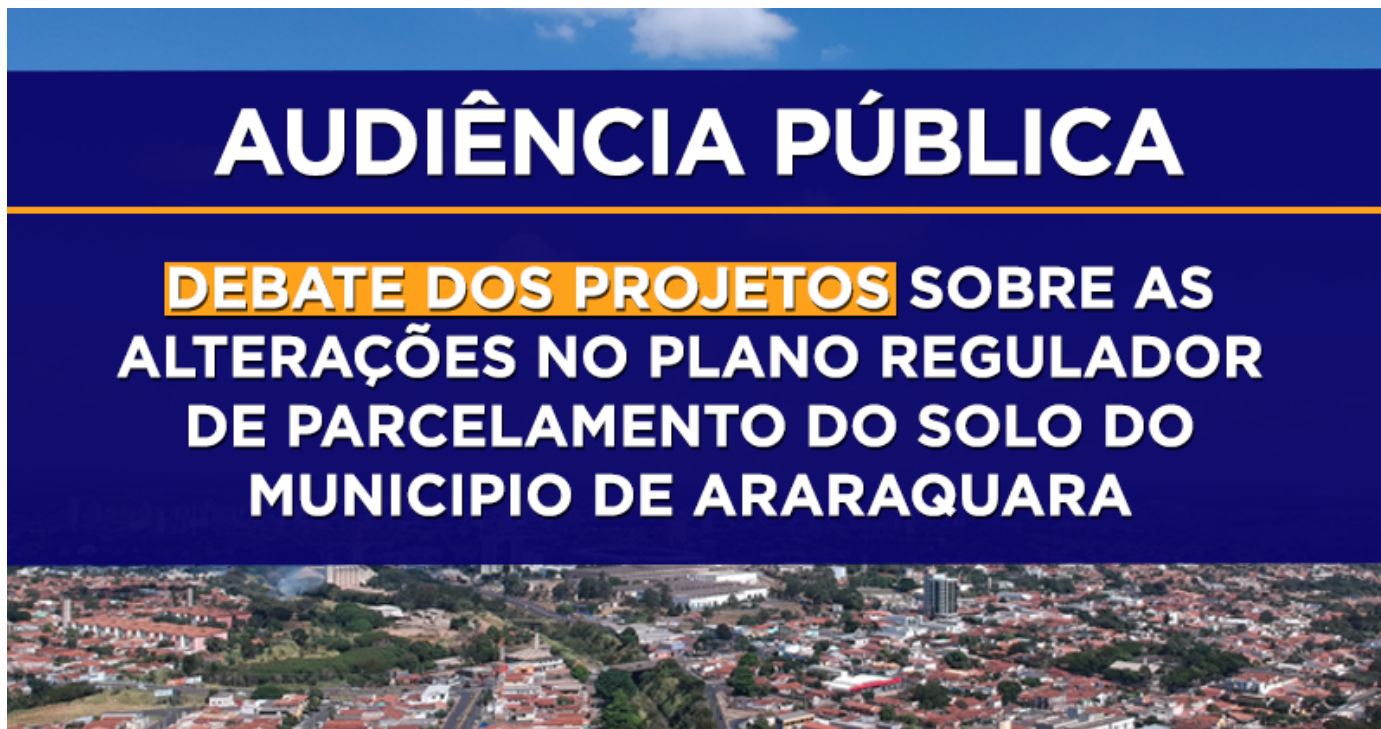
A soma das áreas continuaria sendo de 10% da gleba parcelável. Segundo justificativa da Prefeitura, o município passaria a ter um landbanking mais inteligente, para que tenham diversos usos em cima dessas áreas, inclusive permuta por equipamento público no próprio loteamento.



-30%	-10%	-50%	-26%	MAIS VISTOS	-60%
------	------	------	------	-------------	------



Uma audiência pública sobre a LC nº 850/2014 já havia ocorrido no dia 23 de março, mas, devido à ação impetrada por um munícipe, encontra-se sub judice no Tribunal de Justiça e, por essa razão, o tema foi trazido novamente para discussão, para resolver as situações apresentadas e destravar investimentos que devem ocorrer, a partir da aprovação das propostas.



Fonte: Câmara Araraquara

Link <https://araraquaraagora.com>

Tags »

[araraquara](#) [araraquara agora](#) [araraquara on](#) [araraquara noticias](#) [noticias araraquara](#)

Notícias Relacionadas »



-30%	-10%	-50%	-26%	MAIS VISTOS	-60%
------	------	------	------	-------------	------



[🏠](#) / [ARARAQUARA](#) / [POLITICA](#) / [Audiência pública debate parcelamento do solo em Araraquara](#)

## POLITICA

# Audiência pública debate parcelamento do solo em Araraquara

Evento na Câmara, a partir das 18 horas, debate alterações propostas pela Prefeitura, como melhorias em loteamentos por fases, para acelerar entrega de casas

Equipe ON | ACidadeON/Araraquara - 10/12/2021 08:46

ouça este conteúdo

readme



X



**pública para discutir projetos que alteram o Plano Regulador de Parcelamento do Solo de Araraquara. O debate foi solicitado pelo vereador Paulo Landim (PT).**

CONTINUE LENDO APÓS A PUBLICIDADE

O debate propõe discutir dois projetos de lei complementares do Executivo, que pretende implantar os loteamentos de acesso controlado em substituição ao modelo de loteamento fechado e a divisão em fases da entrega das obras de infraestrutura de empreendimentos imobiliários, entre outras mudanças.

A Prefeitura alega que o Governo Federal ampliou o prazo máximo para o empreendedor entregar os loteamentos de quatro para oito anos. Com isso, proprietários de conjuntos de apartamentos e de loteamentos em construção temem ter que aguardar até oito anos para ter acesso à casa, ou seja, até quando o empreendimento estiver totalmente concluído.

Essa situação é vivida por compradores de moradias no Jardim dos Ibirás, na região norte. Diversas moradias já estão totalmente concluídas, enquanto outras ainda estão em fase de construção. Arcar com os custos de aluguel do local onde residem atualmente e ainda com as prestações da casa nova tem levado estes compradores ao desespero.



É o que foi demonstrado em audiência anterior, quando diversos futuros moradores do novo bairro participaram do debate e cobraram solução para a situação. Assim, o Executivo espera concluir rapidamente o trâmite destes projetos e ter as propostas aprovadas na Câmara e sancionadas pelo prefeito, para resolver a situação destes moradores. Representantes da construtora devem participar da audiência.

## **EQUILÍBRIO**


Outra alteração proposta nos projetos pode resultar no incentivo à implantação de condomínios horizontais. Nos últimos anos, têm crescido os empreendimentos verticais, de prédios de apartamentos. A tentativa é buscar equilíbrio na incorporação, na fração ideal, para estimular investimentos nestes conjuntos horizontais, de casas prontas em condomínios fechados.

Isso seria possível com a redução da chamada "fração ideal mínima" de condomínios urbanísticos (área de utilização exclusiva somada à fração da área de uso comum do condomínio). Atualmente, a fração ideal é de 300m<sup>2</sup>. A proposta é reduzir esta fração.

Os projetos também abordam adequações na definição dos Corredores de Integração Ecológica (CIECOs), que ficam entre 30 metros e 100 metros de distância de rios e córregos, logo após as áreas de preservação permanente, compatibilizando a legislação municipal com resolução estadual.

## **AJUSTE**

Outra proposta que será debatida na audiência tem como objetivo ajustar o percentual de áreas públicas que podem ser permutadas por obras de interesse público. O projeto propõe 7% de área patrimonial e 3% de área institucional. Segundo justificativa da Prefeitura, isso aumentaria a possibilidade de utilização das áreas, incluindo até mesmo permuta por equipamento público no próprio loteamento.

A secretária municipal de Desenvolvimento Urbano, Sálua Poletto, foi convidada para a audiência, que será transmitida ao vivo pela TV Câmara no canal 17 da NET, Facebook  YouTube. Perguntas poderão ser enviadas no campo de comentários durante a transmissão pelo Facebook e YouTube. A audiência será dentro do limite de capacidade e respeitando o distanciamento entre as pessoas e

# Audiência Pública discute alterações no parcelamento do solo

Evento agora convocado pela Câmara debaterá propostas de alteração no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo

No próximo dia 10 de dezembro, a Câmara Municipal de Araraquara realiza Audiência Pública, convocada para discutir dois Projetos de Lei Complementares, números 34/2021 e 35/2021, visando adequações, respectivamente, no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo. A audiência terá transmissão pela TV Câmara – canal 17 da NET – YouTube e Facebook da Câmara, além do Facebook dos portais de notícias Araraquara News e RCI Araraquara.

Uma primeira audiência para apresentação da proposta aos vereadores e à sociedade já foi realizada no dia 18 de novembro, também na Câmara, convocada pela Prefeitura, seguindo o rito para discussão das propostas.

O Requerimento de convocação da Audiência Pública e os estudos e diagnósticos com as propostas de alterações estão disponíveis para consulta nos links postados aqui neste texto. Fora isso, a população pode enviar sugestões e contribuições para o e-mail da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

## Entrega por fases

Uma das propostas se refere à possibilidade de entrega das obras de infraestrutura de empreendimentos imobiliários de forma faseada, ou seja, separada por fases. De-

pois de o Governo Federal ampliar o prazo máximo para o empreendedor entregar os loteamentos de quatro para oito anos, proprietários de conjuntos de apartamentos e de loteamentos em construção temem ter que aguardar até oito anos para ter acesso à casa, ou seja, até quando o empreendimento estiver totalmente concluído.

Esta situação é vivida por compradores de moradias no Jardim dos Ibirás, na região norte. Diversas moradias já estão totalmente concluídas, enquanto outras ainda estão em fase de construção. Arcar com os custos de aluguel do local onde estão residindo e mais as prestações da casa nova tem levado estes compradores ao desespero. É o que foi demonstrado na audiência anterior, quando diversos futuros moradores do novo bairro participaram do debate e cobraram solução para a situação. Concluir rapidamente o trâmite destes projetos, com as necessárias aprovações na Câmara e sua sanção na Prefeitura, pode resolver a situação destes moradores. Representantes da construtora devem participar da próxima audiência.

## Casa pronta em condomínio fechado

Outra alteração proposta nos projetos pode resultar no incentivar à implantação de condomínios horizontais. Nos últimos anos tem ocorrido o crescimento dos empreendimentos verticais, de prédios de apartamentos. A tentativa é buscar equilíbrio na incorporação, na fração ideal, para estimular investimentos nestes conjuntos horizontais, que é a casa pronta em condomínio fechado. Isso seria possível com a redução da chamada “fração ideal mínima” de condomínios urbanísticos (área de utilização exclusiva somada à fração da área de uso comum do condomínio urbanístico). Atualmente,



Foto: Divulgação

Evento debaterá propostas nesta sexta-feira (10)

te, a fração ideal é de 300m<sup>2</sup>. A proposta é reduzir esta fração.

## Loteamento de acesso controlado

Mais uma alteração abordada nos projetos é a adequação da lei municipal à legislação nacional, ao estabelecer a tipologia de “loteamento de acesso controlado”, em substituição ao “loteamento fechado”.

## Proteção ambiental

Os projetos também abordam as adequações na definição dos CIECOs (Corredores de Integração Ecológica) — situados entre 30 metros e 100 metros de distância de rios e córregos, logo após as áreas de preservação permanente, compatibilizando a legislação municipal com resolução estadual.

## Institucional e patrimonial

Tem ainda a proposta em relação ao ajuste de percentual de áreas públicas que podem ser permutadas por obras de interesse público. O projeto propõe 7% de área patrimonial e 3% de área institucional, contra os atuais 7% institucional e 3% patrimonial

para. A soma das áreas continuaria sendo de 10% da gleba parcelável. Segundo justificativa da Prefeitura, o município passaria a ter um landbanking mais inteligente, para que tenham diversos usos em cima dessas áreas, inclusive permuta por equipamento público no próprio loteamento.

Após esta audiência do dia 10 de dezembro, o projeto precisa passar por duas discussões e votações, em sessões distintas, precisando de duas aprovações para concluir seu trâmite no Legislativo, sendo, depois, sancionado pelo Executivo para entrar em vigor.

## Trâmite prejudicado

Uma audiência pública sobre a LC nº 850/2014 já havia ocorrido no dia 23 de março, mas, devido à ação impetrada por um munícipe, encontra-se sub judice no Tribunal de Justiça e, por essa razão, o tema foi trazido novamente para discussão, para resolver as situações apresentadas e destravar investimentos que devem ocorrer, a partir da aprovação das propostas.

## Araraquara tem crescimento de 23% na arrecadação de ISS no 3º trimestre

A arrecadação de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) em Araraquara cresceu 23% no terceiro trimestre de 2021 (julho a setembro), comparado ao período anterior (abril a junho). O valor arrecadado no trimestre foi de R\$ 24,4 milhões. Em comparação ao 3º trimestre de 2020, o cres-

cimento foi de 15%. Os dados são da GissOnline, plataforma de arrecadação do município, desenvolvida pela Eicon. O setor de Serviços inclui os segmentos de bares e restaurantes, construção civil, turismo, academias e serviços financeiros, como bancos, entre outros.

Segundo o CEO da Eicon, Luiz Alberto

Rodrigues, o ótimo resultado na arrecadação do ISSQN demonstra uma forte retomada do crescimento econômico na cidade, “O imposto sobre serviço é um termômetro da atividade econômica de um município. Enquanto o setor de serviços cresceu 3% no Brasil no trimestre, segundo o IBGE, em Araraquara, o ISS-

QN indica um crescimento muito mais robusto”, diz o executivo. “Além da atividade econômica, o crescimento também reflete importantes ações da Prefeitura de Araraquara para manter a arrecadação, como a recuperação de créditos, a fiscalização e o gerenciamento tributário”, finaliza Rodrigues.

# Audiência Pública discute alterações no parcelamento do solo

No próximo dia 10 de dezembro, a Câmara Municipal de Araraquara realiza Audiência Pública, convocada para discutir dois Projetos de Lei Complementares, números 34/2021 e 35/2021, visando adequações, respectivamente, no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo. A audiência terá transmissão pela TV Câmara – canal 17 da NET – YouTube e Facebook da Câmara, além do Facebook dos portais de notícias Araraquara News e RCI Araraquara.

Uma primeira audiência para apresentação da proposta aos vereadores e à sociedade já foi realizada no dia 18 de novembro, também na Câmara, convocada pela Prefeitura, seguindo o rito para discussão das propostas.

O Requerimento de convocação da Audiência Pública e os estudos e diagnósticos com as propostas de alterações estão disponíveis para consulta nos links postados aqui neste texto. Fora isso, a população pode enviar sugestões e contribuições para o e-mail da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

## ENTREGA POR FASES

Uma das propostas se refere à possibilidade de entrega das obras de infraestrutura de empreendimentos imobiliários de forma faseada, ou seja, separada por fases. Depois de o Governo Federal ampliar o prazo máximo para o empreendedor entregar os loteamentos de quatro para oito anos, proprietários de conjuntos de apartamentos e de loteamentos em construção temem ter que aguardar até oito anos para ter acesso à casa, ou seja, até quando o empreendimento estiver totalmente concluído.



Evento agora convocado pela Câmara debaterá propostas de alteração no Plano Diretor e no Plano Regulador de Parcelamento de Solo

Esta situação é vivida por compradores de moradias no Jardim dos Ibirás, na região norte. Diversas moradias já estão totalmente concluídas, enquanto outras ainda estão em fase de construção. Arcar com os custos de aluguel do local onde estão residindo e mais as prestações da casa nova tem levado estes compradores ao desespero. É o que foi demonstrado na audiência anterior, quando diversos futuros moradores do novo bairro participaram do debate e cobraram solução para a situação. Concluir rapidamente o trâmite destes projetos, com as necessárias aprovações na Câmara e sua sanção na Prefeitura, pode resolver a situação destes moradores. Representantes da construtora devem participar da próxima audiência.

## CASA PRONTA EM CONDOMÍNIO FECHADO

Outra alteração proposta nos projetos pode resultar no incentivar à implantação de condomínios horizontais. Nos últimos anos tem ocorrido o crescimento dos empreendimentos verticais, de prédios de apartamentos. A tentativa é buscar equilíbrio na incorporação, na fração ideal, para estimular investimentos nestes conjuntos horizontais, que é a casa pronta em condomínio fechado.

Isso seria possível com a redução da chamada "fração ideal mínima" de condomínios urbanísticos (área de utilização exclusiva somada à fração da área de uso comum do condomínio urbanístico). Atualmente, a fração ideal é de 300m<sup>2</sup>. A proposta é reduzir esta fração.

## LOTEAMENTO DE ACESSO CONTROLADO

Mais uma alteração abordada nos projetos é a adequação da lei municipal à legislação nacional, ao estabelecer a tipologia de "loteamento de acesso controlado", em substituição ao "loteamento fechado".

## PROTEÇÃO AMBIENTAL

Os projetos também abordam as adequações na definição dos CIECOS (Corredores de Integração Ecológica) – situados entre 30 metros e 100 metros de distância de rios e córregos, logo após as áreas de preservação permanente, compatibilizando a legislação municipal com resolução estadual.

## INSTITUCIONAL E PATRIMONIAL

Tem ainda a proposta em relação ao ajuste de percentual de áreas públicas que podem ser permutadas por obras de interesse público. O projeto propõe 7% de área patrimonial e 3% de área

institucional, contra os atuais 7% institucional e 3% patrimonial para. A soma das áreas continuaria sendo de 10% da gleba parcelável. Segundo justificativa da Prefeitura, o município passaria a ter um landbanking mais inteligente, para que tenham diversos usos em cima dessas áreas, inclusive permuta por equipamento público no próprio loteamento.

Após esta audiência do dia 10 de dezembro, o projeto precisa passar por duas discussões e votações, em sessões distintas, precisando de duas aprovações para concluir seu trâmite no Legislativo, sendo, depois, sancionado pelo Executivo para entrar em vigor. Assista a audiência anterior acessando o link <https://www.youtube.com/watch?v=pC4OAessQnI&feature=youtu.be>

## TRÂMITE PREJUDICADO

Uma audiência pública sobre a LC nº 850/2014 já havia ocorrido no dia 23 de março, mas, devido à ação impetrada por um munícipe, encontrasse sub judice no Tribunal de Justiça e, por essa razão, o tema foi trazido novamente para discussão, para resolver as situações apresentadas e desativar investimentos que devem ocorrer, a partir da aprovação das propostas.

## Teve início a campanha Natal Solidário



Objetivo é fortalecer o espírito de doação. Campanha é válida até o dia 20 de dezembro

## BRINQUEDOS NOVOS SERÃO DISTRIBUÍDOS PARA AS CRIANÇAS CARENTES

### Colaboração: CÉLIA PIRES

Já teve início mais uma edição da campanha 'Natal Solidário' realizada pela Coek (Comissão Organizadora de Eventos Kids) e Turma do Clau Clau. A informação é do organizador, Claudinaldo Ferreira (Clau Clau), que conta que as doações podem ser feitas até o dia 20 de dezembro. "O primeiro ponto da campanha é a divulgação da mesma bem como a coleta de brinquedos. O objetivo é também o de incentivar as pessoas a doarem um brinquedo e fazer uma criança sorrir neste Natal".

De acordo com Clau Clau, o término da campanha, dia 20, será marcado por um grande evento na praça Santa Cruz com apresentação de bandas e sorteio de brindes para motivar as

pessoas a doarem brinquedos novos. "São vários brindes que serão distribuídos, como tablets, bicicleta. Tudo para incentivar as pessoas a doarem brinquedos. Paralelo a isso, durante esse mês de campanha vamos colocar caixas de coleta em pontos estratégicos em Araraquara e em Bueno (Coxinhas Douradas). Os brinquedos serão distribuídos pelo Clau Clau na Santa Casa e Gota de Leite. Depois vamos para o assentamento próximo a Motuca", acrescentando que até o dia 25 de dezembro todos os brinquedos arrecadados já terão sido distribuídos. "Resgatar o espírito natalino para as pessoas darem importância a um sonho de uma criança de ganhar o menos um simples brinquedo. Por isso que criei Natal Solidário -Doe um brinquedo novo", finaliza Clau Clau.

## Saúde reduz intervalo da dose de reforço para 4 meses e inicia aplicação nos vacinados com a Janssen nesta quarta

A Prefeitura de Araraquara, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, inicia nesta quarta-feira (8), a partir das 12 horas, a aplicação da dose de reforço nas 6.067 pessoas que foram vacinadas com a dose única do imunizante da Janssen. Todos receberão uma dose de reforço do imunizante da Pfizer.

E ainda a partir desta quarta, também ao meio-dia, começa a vigorar a redução de 5 para 4 meses no intervalo para aplicação da dose de reforço dos imunizantes da CoronaVac, AstraZeneca e Pfizer.

O avanço no calendário vacinal foi definido pela Comissão de Organização de Vacinação contra a Covid-19 do Município, com base em orientação da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, que, através do Departamento Regional de Saúde (DRS III), entregará

nova grade de doses para a continuidade da vacinação no município, no período da manhã.

Além disso, continuarão sendo aplicadas primeira e segunda doses dos imunizantes, além da dose de reforço em maiores de 18 anos, profissionais da saúde e grupos com comorbidades. A Secretaria de Saúde mantém também a complementação do esquema vacinal contra Covid-19 de brasileiros com viagens marcadas para outros países, com base nos critérios regulatórios do país de destino.

O município já aplicou 420.657 doses contra a Covid-19, sendo 200.203 da primeira dose, 190.287 da segunda dose e dose única e 30.167 de terceira dose.

São polos de vacinação o drive-thru do Cear, que atende das 8 às 12 horas, e os postos de saúde da

Vila Xavier, Jardim Iedda, Selmi Dei I, Vale do Sol, Bueno de Andrade e Assentamento Bela Vista, sempre das 8 às 15 horas.

## VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 - 8 DE DEZEMBRO (QUARTA-FEIRA)

**PRIMEIRA DOSE**  
- 12 a 17 anos (mediante apresentação de RG, CPF e comprovante de endereço atualizado. Fazer cadastro no site VacinaJá)  
- Maiores de 18 anos  
- Gestante, lactantes e puérperas

**SEGUNDA DOSE**  
- Coronavac e Astrazeneca - Pfizer (antecipada)  
Pessoas com 18 anos ou mais que tomaram a primeira dose há pelo menos 21 dias.  
Adolescentes de 12 a 17 anos que tomaram a primeira dose há 8 semanas (sem acompanhante responsável, levar termo assinado)

**TERCEIRA DOSE**  
- Vacinados com a Janssen - a partir das 12h

Intervalo entre dose única de reforço é de 2 meses  
- Adultos entre 18 e 59 anos  
- Idosos acima de 60 anos  
É preciso ter completado a imunização há pelo menos 4 meses

**ONDE:** Todos os polos de vacinação  
- Profissionais da saúde  
É preciso ter completado a imunização há pelo menos 4 meses.  
**ONDE:** Locais de trabalho ou, no caso dos profissionais liberais, drive-thru do Cear, Sesa, postos do Iedda ou Vila Xavier  
-Pessoas imunossuprimidas, pessoas com HIV, transplantadas e pessoas em tratamento quimioterápico  
Com laudo médico, que tenham completado a imunização há pelo menos 28 dias, independentemente da idade.  
**ONDE:** Unidade do Sesa

## PONTOS DE COLETA

### Selmi Dei-

- Alemão Gás
- Mercado Brizolari.
- Tecnomania.

### Centro-

- Vanin Portões Automáticos.
- Hashtag Presente e Cia.
- Braslar Refrigeração.
- Gráfica Bolsoni.

### 36-

- Unip.
- Super troca de óleo 16.
- Ara Tudo. Casa e construção.
- Grilletos- Shopping Jaraguá.
- Coxinha Douradas de Bueno.

## INTERLIGAÇÃO DE REDES NO JARDIM MARIVAN (08/12)

O Daae comunica que realizará a interligação de redes de água localizadas na avenida Dr. Afrânio Peixoto, com a esquina da rua Dr. Emilio Ribas, Jardim Marivan, a partir das 8h desta quarta-feira (08/12).

Para realizar o serviço, o fornecimento de água será interrompido, podendo ocasionar baixa pressão ou desabastecimento nos imóveis sem caixa d'água do Jardim Marivan, Jardim Celimar, Jardim Margarida e arredores.

Além da necessidade de fechar os registros das redes de distribuição, haverá a necessidade de abertura dos hidrantes, para a descarga e esvaziamento das tubulações, a fim de agilizar os serviços.

A previsão é de que o reparo ocorra até por volta das 17h. Após esse período, o fornecimento de água retornará de modo gradativo aos imóveis.

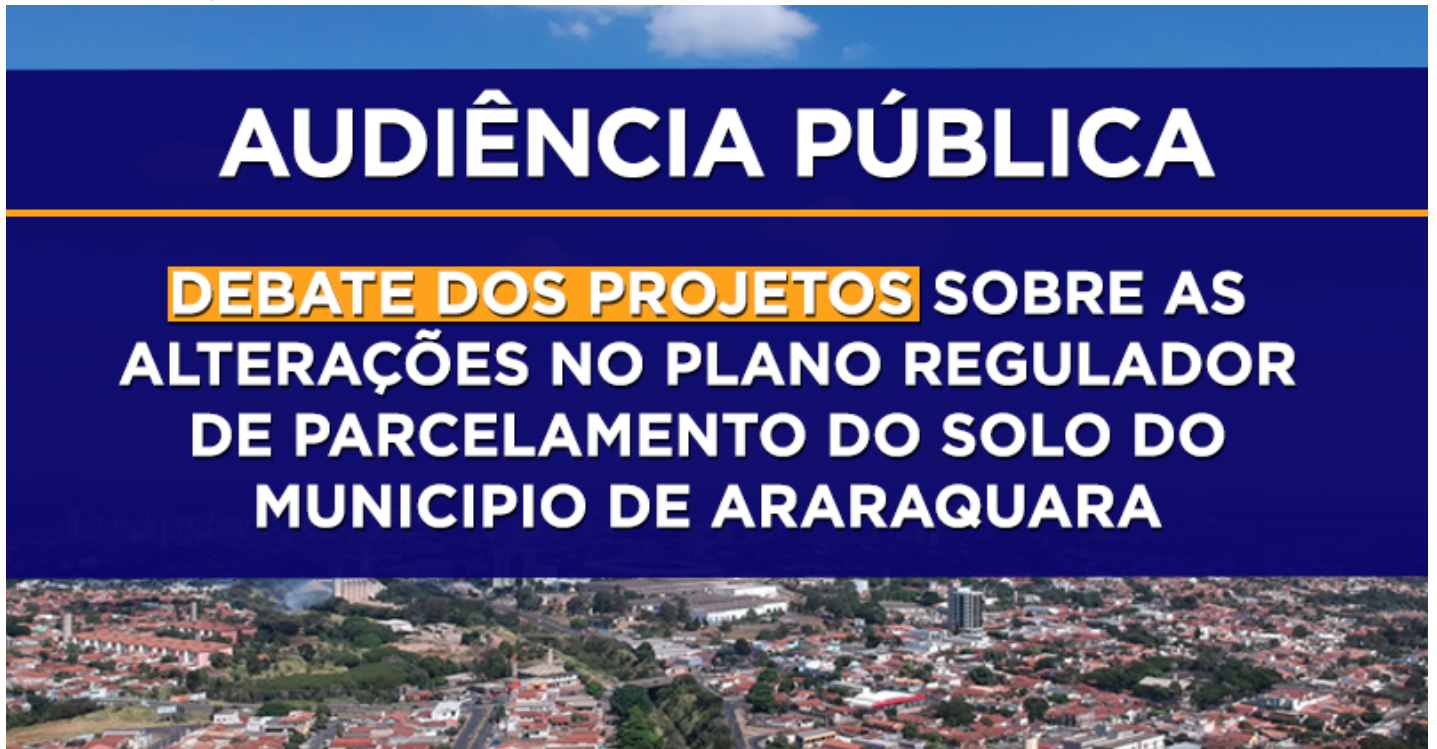
Informações: 0800 602 2324.



CÂMARA MUNICIPAL  
DE ARARAQUARA

## Parcelamento do solo é tema de audiência pública

*Debate será realizado no Plenário da Câmara*



Na sexta-feira (10), a partir das 18 horas, a Câmara realiza audiência pública para discutir os projetos que alteram o Plano Regulador de Parcelamento do Solo de Araraquara. O debate foi solicitado pelo vereador Paulo Landim (PT) - [Requerimento nº 1.088/2021](#).

A realização da audiência pública tem como objetivo discutir duas proposições. O Projeto de [Lei Complementar nº 34/2021](#), que altera as Leis Complementares nº 850 e 851/2014, de forma a implementar a tipologia de loteamento de acesso controlado em substituição ao loteamento fechado e estabelecer hipótese de recebimento faseado de obras de infraestrutura em loteamentos. Além do Projeto de [Lei Complementar nº 35/2021](#), que altera a Lei Complementar nº 851/2014, estabelecendo novas diretrizes e parâmetros para o cálculo de áreas institucionais e patrimoniais decorrentes do parcelamento do solo.

A secretária municipal de Desenvolvimento Urbano, Sálua Poletto, foi convidada.

A audiência será transmitida ao vivo pela TV Câmara no canal 17 da NET, Facebook, YouTube, e você poderá enviar suas perguntas no campo de comentários durante a transmissão pelo Facebook e YouTube. A mensagem será encaminhada à presidência dos trabalhos, dando voz à manifestação popular. Será permitido acesso ao Plenário da Câmara Municipal dentro do limite de capacidade do local, com distribuição de senhas, respeitando o distanciamento entre as pessoas e uso obrigatório de máscara.

---

Publicado em: 09/12/2021 19:04:03